

COMISSÃO ESPECIAL

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 40/03

Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 142 e 149 da Constituição Federal, o art. 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de Dezembro de 1998, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se aos Art. 42 e 142, da Constituição Federal, constantes do Art. 1º da Emenda Constitucional nº 40/03 a seguinte redação:

Art. 42.....

.....

§ 2º Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas aplica-se o disposto no Art. 37, XI.

.....

Art. 142.....

.....

§ 3º

.....

IX - aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas aplica-se o disposto no Art. 37, XI.

JUSTIFICATIVA

Esta Emenda visa corrigir erro formal que inclui os militares no regime previdenciário dos servidores públicos, gerando conflito de norma constitucional com outros dispositivos da própria Constituição.

O militar deve manter o seu regime previdenciário próprio pelos seguintes motivos de fato e de direito:

- a. em todo o mundo os militares têm regime próprio diferenciado;**
- b. em todo o mundo o policial e o bombeiro têm regime diferenciado;**
- c. o policial militar e o bombeiro militar têm dupla missão constitucional:**
Estadual - segurança pública, preservação da ordem pública e residual -;
federal - defesa da pátria — força auxiliar e reserva do exército;
- d. deveres específicos:**

- 1) o juramento de defender a sociedade com o sacrifício da própria vida;
- 2) dedicação exclusiva;
- 3) vedação ao direito de greve;
- 4) vedação ao direito de sindicalização;
- 5) vedação ao direito de filiação político-partidária;
- 6) vedação ao exercício de atividade político-partidária;
- 7) vedação da acumulação de outro cargo, emprego ou função pública;
- 8) passagem para inatividade ao tomar posse em cargo eletivo, sem direito de retorno e continuar na carreira;
- 9) constante contato com mazelas sociais;
- 10) a angústia de enfrentar o desconhecido no cotidiano;
- 11) risco de vida constante pela intervenção diuturna nos conflitos;
- 12) o esforço para fazer prevalecer a autoridade do estado na preservação da ordem pública;

13) a cobrança implacável da sociedade, da administração e da justiça, diante de qualquer falha;

14) a jornada irregular de trabalho, com chamadas a qualquer hora e turnos de serviços longos e alternados, sob quaisquer condições climáticas;

15) a impossibilidade de abster-se, mesmo quando de folga, de agir no exercício de suas funções, quando presenciar a prática de infração penal, sob pena de incidir no crime de prevaricação;

16) a obrigatoriedade de abrir mão de sua segurança pessoal ou de seu instinto de preservação quando em situações de estado de necessidade;

17) as escalas extras, prontidões, plantões, prorrogações de serviços para atendimento de situações emergenciais, em detrimento do necessário e indispensável descanso;

18) a adversidade e variedade de ambiente de trabalho em razão dos diversos tipos de policiamento: radiopatrulha, florestal, choque, trânsito urbano e rodoviário, prisional, aéreo, busca e salvamento, resgate, combate a incêndios e outros.

O PRINCÍPIO DA SIMETRIA E DA ISONOMIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Todos os Poderes e Instituições tem, hoje, o mesmo tratamento na Constituição, e está sendo preservado na PEC 40/03, dentre eles:

- Poder Judiciário (federal e estadual);
- Poder Legislativo (federal e estadual);
- Ministério Público (federal e estadual);
- Servidor Público (federal e estadual);
- Militar (federal e estadual).

Acrescenta-se que o Governo, na PEC 40/03, manteve o tratamento diferenciado para aqueles que exercem a atividade com risco de vida ou insalubre, não pode, dessa maneira, negar o tratamento devido ao militar estadual.

Causa grande preocupação a retirada do justo reconhecimento da profissão do militar, na Constituição, pois sem direitos abriremos a possibilidade de reivindicação dos direitos dos servidores públicos e da iniciativa privada: greve, sindicalização e filiação político-partidaria; o que geraria um grande risco para toda a sociedade.

Ao longo da história do Brasil, temos os nomes e o sangue desses profissionais que morreram em defesa da nossa sociedade e que jazem nos mausoléus no repouso heróico. A cada ano doam a vida mais de 500 militares, neste ano já cumpriram este juramento, somente no Rio de Janeiro, mais de 60 militares estaduais, sem contar os demais estados.

O regime previdenciário próprio não é privilégio e sim a justa contrapartida do Estado tendo em vista todas as vedações, limitações e obrigações impostas somente ao militar.

Temos a certeza que o Congresso Nacional sensível a realidade

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado Josias Quintal

PSB -RJ